

IV PROJETAR 2009
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA
FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL
Outubro 2009

EIXO: Intervenção

**TÍTULO DO TRABALHO: INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO EDIFICADO: reflexões sobre a
experiência de ensino do CAU/UFRN**

AUTOR: SILVA, Heitor de Andrade.

QUALIFICAÇÃO: Arquiteto-Urbanista, Doutorando pelo PPGAU – UFRN

ENDEREÇO: Rua Dr. Nildo Alff, 45 – Capim Macio, Natal/RN.

E-MAIL: heitor.as@ufrnet.br

INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO EDIFICADO: reflexões sobre a experiência de ensino do CAU/UFRN

RESUMO

O trabalho aqui apresentado aborda a questão do ensino do projeto urbano em ambientes históricos no Brasil, a partir da realidade do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CAU-UFRN). Adotamos o eixo/atitude “Intervenção” pela sua pertinência com a questão do patrimônio. Aqui, interessa a dimensão setorial (LAMAS, 2004) e o projeto no espaço público. A partir desse recorte observamos que, se por um lado – no contexto do planejamento estratégico –, o projeto urbano se impõe com relativa autonomia, no processo de requalificação de sítios históricos, inúmeras são as críticas aos resultados alcançados. Jeudy (2005) observa a espetacularização e a banalização dos centros antigos, revelando, como diz Choay (2001), “efeitos perversos”, tais como a 'gentrificação' (Bidou-Zachariassen, 2006). Tal quadro requisita do estudante-projetista uma postura crítica e transformadora. Portanto, destacamos neste artigo a esfera das reflexões teórico-metodológicas sobre o projeto em contextos históricos, bem como dos procedimentos empíricos de seu ensino/aprendizado. A vinculação dos conteúdos de patrimônio e projeto nos CAUs do país aparece na Resolução nº 06/2006, muito embora o perfil generalista do profissional estabelecido pelo MEC (1994) e a autonomia das escolas para situar tais conteúdos em seus currículos revelem disparidades significativas. A partir da disciplina de Planejamento e Projeto Urbano e Regional V (PPUR V), do CAU/UFRN, observamos que o processo projetual em ambiente histórico demanda familiaridade com o tema e intenção de preservar valores simbólicos do sítio. Em PPUR V, valorizam-se os estudos precedentes – com destaque para o diagnóstico da área de estudo e a aproximação dos alunos com o debate crítico sobre o tema –, bem como o programa e o partido – aos quais se espera capacidade crítica e propositiva. Ainda assim, existe uma evidente demanda pelo aprofundamento e maturação dos procedimentos conceituais de projeto.

Palavras-chave: Memória, Ensino e Projeto Urbano.

INTERVENTIONS IN THE BUILT HERITAGE: reflections on the experience of teaching the CAU / UFRN

ABSTRACT

The paper here presented approaches the question of the teaching of urban project in historical environments in Brazil, from the reality of the Faculty of Architecture and Town Planning of the Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CAU-UFRN). We adopt the "Intervention" axis / attitude for its relevance to the matter of heritage. Here, what interests us is the sectorial dimension (LAMAS, 2004) and the project in the public space. From this detailing we observe that, whereas on the one side - in the context of the strategic projection-, urban projecting imposes itself with relative autonomy, in the process of requalification of historical sites, on the other hand, countless are the criticisms to the results obtained. Jeudy (2005) remarks the bespetacling and the banalizing of ancient centers, revealing, as states Choay (2001), "perverse effects", such as their 'gentrification' (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006). Such a picture requires from the student-designer a critical and transformational posture. Thus, we highlight in this article the sphere of the theoretic-methodological reflections on the project in historical contexts, as well as that of the empirical procedures of its teaching / learning. The linking of the contents of inheritance and project to the CAUs of the country appears in the Resolution no. 06/2006, although the generalist profile of the professional established by the MEC (1994) and the autonomy of the schools to situate such contents in their curricula reveal significant disparities. From the discipline of Projection and Urban and Regional Project V (PPURV), of the CAU/UFRN, we observe that the projective process in historical environments demands familiarity with the subject and an intention to preserve symbolic values of the site. In PPUR V, the previous studies rise in value – with distinction to the diagnosis of the area of study and the approximation of the pupils to the critical discussion on the subject–, as well as the program and the party – of which critical and propositive capacity is expected. Even so, there is an obvious demand for the deepening and maturing of the project's conceptive procedures.

key words: Memory, Teaching and Urban Project.

RESUMEN

El presente trabajo aborda la cuestión de la enseñanza de la planificación urbanística en enclaves históricos en Brasil, partiendo del contenido académico de la Carrera de Arquitectura y Urbanismo de la Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CAU-UFRN). Adoptamos el eje/actitud "Intervención" por su pertinencia en relación con la cuestión del patrimonio histórico. Interesa aquí tanto la dimensión sectorial (LAMAS, 2004) como la planificación del espacio público. A partir de esta acotación observamos que, si por un lado – en el contexto de la planificación estratégica –, el proyecto urbano se impone con relativa autonomía, sin embargo en el proceso de recalificación de fincas históricas, las críticas a los resultados alcanzados resultan abundantes. Jeudy (2005) apunta hacia la espectacularización y la banalización de los cascos históricos, revelando, como señala Choay (2001), "efectos perversos", tales como la 'gentrificación' (aburguesamiento) (Bidou-Zachariasen, 2006). Esta situación reclama del estudiante-proyectista una postura crítica y transformadora. En consecuencia en este artículo ponemos el énfasis tanto en la esfera de las reflexiones teórico-metodológicas sobre el planeamiento urbanístico en contextos históricos, como en los procedimientos empíricos para su enseñanza/aprendizaje. La vinculación entre el contenido académico referente a la protección del patrimonio histórico y la planificación en los CAUs del país se encuentra recogida en la Resolución nº 06/2006, aunque el perfil generalista del profesional establecido por el MEC (1994) y la autonomía de las escuelas para establecer el contenido de las enseñanzas impartidas generan diferencias significativas entre centros. Partiendo de la asignatura de Planificación y Proyecto Urbano y Regional V (PPUR V), del CAU/UFRN, observamos como el proceso de proyección en cascos históricos demanda familiaridad con el tema e intención de preservar los valores simbólicos del lugar. En PPUR V, son valorados los estudios precedentes – destacando el diagnóstico del área de estudio y la aproximación de los alumnos al debate crítico sobre el tema –, así como el programa de estudios y el partido – de los cuáles se espera capacidad crítica y propositiva. Con todo existe una evidente necesidad de profundización y maduración en los procedimientos de concepción de los proyectos.

Palabras Claves: Memoria, Enseñanza y Proyecto Urbano.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O artigo em evidência versa sobre o ensino do projeto urbano em ambientes históricos, no Brasil, a partir da realidade do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CAU-UFRN). Para tanto demarcamos o campo de análise através de algumas considerações de ordem conceitual, as quais serão desenvolvidas ao longo destes escritos.

A proposta é parte integrante de uma tese de doutorado (em andamento), na qual são investigadas as particularidades do ensino de projeto em estruturas urbanas preexistentes. Adotamos o eixo/atitude “Intervenção”, devido a sua importância sobre a ação humana no patrimônio, ressaltando o papel do projeto na preservação da memória local.

Deparamo-nos com as limitações conceituais do projeto urbano, apresentando natureza e escala distintas. Quando nos debruçamos sobre as abordagens concernentes ao projeto urbano, duas merecem destaque: as práticas de gestão do território e as intervenções físicas (de caráter projetual). No que se refere às escalas de intervenção, destacamos basicamente três, que podemos associar às dimensões espaciais na Morfologia Urbana definidas por Lamas (2004): 1) dimensão setorial (a escala da rua e praça); 2) dimensão urbana (a escala do bairro); e 3) dimensão territorial (a escala da cidade).

Neste artigo interessa a discussão dos pontos acima mencionados no ensino de projeto, com destaque para a intervenção projetual no espaço público. Este aspecto é alvo recorrente de intervenções estratégicas, com intenção requalificadora do ambiente histórico degradado. Podemos identificar diversas tipologias espaciais de ambientes históricos das quais destacamos: o embrião da cidade, que pode preservar características coloniais e ecléticas; os centros tradicionais, com caracteres predominantemente comerciais; as áreas portuárias, em atividade ou sofrendo com a obsolescência de suas estruturas; e as áreas mais recentes, que são os bairros modernistas das décadas de 40, 50 e 60 do século XX, cada vez mais consideradas patrimônio¹ no contexto ocidental. Essa classificação torna-se relevante, pois consiste em variável determinante na definição do tipo de intervenção a ser incorporada/adotada no partido arquitetônico ou urbanístico.

No atual debate internacional sobre a requalificação de centros históricos, identificam-se críticas aos resultados e conteúdos das intervenções realizadas em muitas cidades do mundo ocidental. As experiências de preservação e conservação do patrimônio histórico e arquitetônico assumem vocação pedagógica e democrática “destituídas de lucro”. Nesse princípio, a manutenção desses complexos arquitetônicos demanda orçamento público. Por outro lado, os investimentos privados tornam-se comuns. Essa sistemática traz efeitos secundários, em geral perversos, visto que a transformação do patrimônio histórico em produto de consumo cultural, assim como as aplicações do mercado imobiliário, tendem a excluir dessas áreas as populações locais e, com elas, suas atividades tradicionais e cotidianas, contribuindo para a descaracterização da identidade local (CHOAY, 2001). Essa exclusão marginaliza as pessoas do entorno, as quais não usufruem dos benefícios trazidos pela valorização desse patrimônio cultural.

Muitas intervenções de reabilitação em centros antigos e desvalorizados de grandes cidades do mundo – como Bruxelas, Lyon, Barcelona, Nápoles, Cidade do México, Nova Iorque e São Paulo – resultaram ou pretenderam a *gentrificação* das áreas centrais, ou seja, a substituição de seguimentos sociais mais populares – que permaneceram nestas áreas enquanto estiveram deterioradas ou desvalorizadas – por extratos com maior poder aquisitivo da sociedade, ou sua simples ocupação (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006). Essa estratégia funciona como uma forma de “purificação” desses locais, a partir da substituição dos tipos humanos habitantes desses espaços, por outros segmentos da população favorecidos economicamente.

É possível, ainda, observar nas últimas décadas a crescente valorização de uma “arquitetura internacional” produzida por arquitetos e urbanistas famosos. Essa prática é justificada através da busca por uma possível “autenticidade”. Esses projetos atraem novos usos, voltados para atividades culturais, que mais valorizam o lugar para atrair investimentos, do que corroboram para o bem-estar do cidadão. É disseminada, na verdade, uma retórica falaciosa, pois no discurso oficial são apregoadas as inúmeras benfeitorias à população, quando na prática estes são prejudicados em muitos casos. Nesse contexto, Jeudy (2005) distingue dois processos contemporâneos – patrimonialização e estetização urbana –, constituindo-se em parte de um processo mais vasto também chamado de espetacularização das cidades. Trata-se de um fenômeno que se revela nas “cirurgias reparadoras e cosméticas” da cidade.

¹ Ver os Seminários Docomomo Nacional e Internacional, que se dedicam exclusivamente ao estudo da arquitetura modernista em diversas partes do mundo.

Diante desse quadro, o estudante projetista necessita perceber tais nuances, requerendo uma postura crítica e transformadora diante das questões apresentadas. É pertinente, portanto, estudar e sistematizar os procedimentos didático-metodológicos próprios do ensino do projeto urbano em ambientes históricos na dimensão setorial que se rebatem na prática projetual, atentando para a formação e papel do profissional de arquitetura e urbanismo neste contexto. Nesse sentido, o aspecto principal que trazemos para a discussão encontra-se na esfera das reflexões teórico-metodológicas sobre o projeto urbano em contextos históricos, bem como dos procedimentos empíricos de seu ensino/aprendizado.

O perfil generalista do profissional estabelecido pelo MEC (1994) e a autonomia atribuída a cada escola para situar os conteúdos ligados a matéria com as necessidades regionais onde estão instaladas, revelam disparidades significativas na delimitação da carga horária, métodos e conteúdos específicos². Contudo, a Resolução nº 06, de 02 de fevereiro de 2006³, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil, estabeleceu em seu artigo 5º algumas competências e habilidades para a formação profissional, dentre as quais destacamos: “as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades” (BRASIL, 2006).

Para verificar a aplicação desses conteúdos numa esfera prática, recorremos a disciplina Planejamento e Projeto Urbano e Regional V (PPUR V), tornada/transformada alvo desta análise. Esta disciplina é ministrada no sétimo período do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O levantamento aqui realizado consiste numa coleta de informações referentes à disciplina (plano de curso e roteiros de trabalhos) sistematizada no segundo semestre letivo de 2008. Além disso, o Projeto Político Pedagógico e estrutura curricular também forneceram contribuições substanciais para a análise, configurando-se como documentos importantes na regulamentação e organização do curso. Como medidas complementares as ações descritas, incluímos também o acompanhamento das atividades de projeto em ateliê, realizando observações e entrevistas com professores e alunos⁴.

Nosso enfoque é perceber especialmente o processo de ensino e aprendizagem do projeto urbano em contextos históricos. Trata-se de uma oportunidade ímpar para adentrarmos no que Warde e Carvalho (2000) consideram como a “caixa-preta” da sala de aula. Em nosso campo de interesse, desdobram-se procedimentos metodológicos para o ensino do projeto, apresentando seus entraves e potencialidades. O trabalho ocorreu a partir da observação da dinâmica estabelecida em contexto educativo – sala de aula e as interações processadas neste ambiente. Não estando responsável pela disciplina na condição de docente, foi possível construir parâmetros mais isentos de apreciação. Observando tais situações, foi possível extrair resultados importantes para acalorar o debate. Vale salientar a importância da disponibilidade da professora envolvida, demonstrando confiança e estabelecendo parceria com o pesquisador. Sem a sua abertura e aceitação da proposta, ficaria inviável “invadir” a privacidade da sala de aula.

O trabalho encontra-se estruturado em duas partes. A primeira pontua algumas considerações gerais referentes à metodologia de projetos, bem como de seu ensino. Vinculada em algumas ocasiões a arquitetura, esta discussão servirá como parâmetro para as nossas análises no aspecto urbano. A segunda parte, mais extensa, faz uma descrição analítica da disciplina Planejamento e Projeto Urbano e Regional V, do CAU-UFRN, seguindo alguns elementos: integração curricular; currículo do CAU-UFRN, conteúdos disciplinares, procedimentos metodológicos, inserção do projeto na realidade, perfil do professor, relações professor-alunos, representação gráfica, avaliação e particularidades do projeto urbano em contextos históricos. Importante destacar que embora esta descrição analítica busque entender como vem sendo desenvolvido o ensino de projeto urbano em ambientes históricos na graduação de uma realidade específica, os dados apontam meandros práticos e ideológicos vivenciados no cotidiano da sala de aula, revelando os avanços e os recuos em termos operacionais na sistematização da disciplina. No último ponto – considerações finais – tecemos alguns comentários conclusivos sobre o assunto em pauta, lançando alguns direcionamentos e incitando a continuação do debate.

CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

Nas últimas décadas, a idéia de construir um conhecimento próprio da área de arquitetura e urbanismo vem sendo defendida e ampliada, graças à intensificação dos estudos acadêmicos e da criação de centros de

² Ver SCHICCHI, 2007.

³ A Resolução Nº 06, de 02 de fevereiro de 2006, foi publicada no DOU de 03 de fevereiro de 2006, Seção 1, p. 36-37.

⁴ Este trabalho, como parte de nossa pesquisa, foi desenvolvido, ainda, na disciplina Ensino do Projeto de Arquitetura, ministrada pela professora-orientadora Dra. Máisa Veloso, em 2008.2, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN.

pesquisa (pós-graduação), principalmente no caso brasileiro. Essa iniciativa é refletida no ensino de projeto, sendo também estruturado no sentido de constituir um campo de ação capaz de formar profissionais preparados para atuar na transformação do espaço, tendo consciência do valor histórico do lugar e refletindo um discernimento e análise crítica do ambiente e dos condicionantes que o circundam. Essa postura valoriza o patrimônio arquitetônico como sendo o protagonista do seu tempo, vestígios de um passado, alimentando a memória local.

O esforço para a construção de um conhecimento científico próprio da arquitetura e do urbanismo situa-se, entre muitos aspectos no problema que consiste a transformação do espaço de forma consciente e crítica, de maneira a torná-los melhores adaptados ao homem do que estão, considerando o ambiente pré-existente. Em tempos de “pós-modernidade” o arquiteto-urbanista tomou consciência dos limites de suas contribuições para o enfrentamento das questões urbanas e, inclusive espaciais, que ganham cada vez mais dimensões interdisciplinares. Cabe, agora, situar a sua contribuição e campo de atuação no debate. Esse movimento se reflete no ensino de projeto, que volta a ser entendido como a essência do curso e da profissão.

No cenário internacional podemos citar os estudos de Philippe Boudon, que desde a década de 1970, tem se dedicado as pesquisas referentes ao processo da concepção arquitetural no conjunto de operações projetuais⁵. No âmbito do urbanismo, temos o trabalho de Yannis Tsiomis, que tem se dedicado ao processo projetual, bem como o seu ensino em suas dimensões temporal, espacial e social. No Brasil, merece, destaque, a realização dos Seminários Projetar⁶, Enepea⁷, Desenho Urbano (UnB)⁸, e um conjunto de pesquisas sobre projeto e seu ensino sendo desenvolvidas pelo trabalho de pesquisadores – como Carlos Eduardo Comas, Edson Mahfuz, Giselle Azevedo, Paulo Afonso Rheingantz, Maisa Veloso e Vicente del Rio –, que refletem esta intenção desde a década de 1980.

Apesar desse evidente movimento, Holanda, (2007, p. 244) observa que ainda existe muita

(...) resistência pra fazer da arquitetura e [do urbanismo] um âmbito legítimo de reflexão: o paradigma que ainda predomina é o de um *campo de prática* que deve *aplicar* o conhecimento produzido pelas ciências consolidadas, exatas ou humanas, mas não o de a própria arquitetura produzir o *seu conhecimento*. Daí, importam-se, sem mais trabalho, esquemas descritivos e explicativos dessas ciências, que pouco ou nada poderiam contribuir para melhor projetar edifícios e cidades, pois não tinham isso como objetivo.

Conforme Boudon (2007), os programas de Pós-Graduação, do Brasil, e aqui nós entendemos como a pesquisa no país, relativo à arquitetura requer uma representação epistemológica das áreas de investigação científica relativas a esse campo. As contribuições que oferecem as ciências afins (humanas e exatas), que reúnem pesquisas *externalistas*, devem ser integradas aos programas e pesquisas ditos *internalistas*, para serem constituídos a partir do próprio campo. Trata-se de construir um conhecimento com a intenção e objetivo de nos ajudar a projetar melhor, bem como a ensinar a projetar melhor, os espaços, na escala do edifício e da cidade.

No urbanismo podemos observar esse esforço através dos estudos de análise urbana – facilmente associados aos nomes de, Lynch, Cullen, Lamas,⁹ que ganharam destaque desde a década de 1960 –, onde se buscou uma associação com o ensino do projeto urbano, inclusive como suporte para a concepção do projeto. Contudo, Tsiomis (2008) observa duas abordagens, estreitamente relacionadas, ao arquiteto-planejador: a pesquisa e a prática do projeto, a análise e o desenho. Para o autor se os objetivos são os mesmos – ampliar o espaço público, melhorar a vivência do espaço privado, e conhecer para melhor fazer – a futura configuração do espaço projetado não é resultado apenas de sua observação. Desse modo, chama atenção para a importância da análise como algo além de simplesmente programar adequadamente o

⁵ Segundo Boudon (2007), a concepção faz parte de um plano, cujas modalidades vão além das estratégias individuais do projetista diante das particularidades do programa, do sítio, do cliente, etc. Assim, Boudon refere-se não apenas ao ensino do projeto, mas ao ensino da concepção. Esse processo investigativo é chamado “*arquitecturologia*”.

⁶ O “PROJETAR” nasceu em 2003 como um encontro de profissionais e professores arquitetos & urbanistas com o tema “Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto”. Três encontros nacionais do PROJETAR já foram realizados: em 2003 (PROARQ/UFRN, Natal), em 2005 (PROARQ/UFRJ, Rio de Janeiro com tema “Rebatimentos, práticas e interfaces”) e em 2007 (PROPAR/UFRGS, Porto Alegre com o tema “O Moderno já passado | O passado no Moderno: Reciclagem, Requalificação, Rearquitetura”). OIV PROJETAR 2009 pretende seguir colaborando na renovação de caminhos e na consolidação do ensino e pesquisa em arquitetura & urbanismo, tendo com foco o Projeto, ativando a mútua repercussão entre ensino e pesquisa e integrando efetivamente ensino, pesquisa e prática. Por isso o tema do quarto projetar (2009, FAU/PPGAU/UPM, São Paulo) será o “PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA”.

⁷ ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

⁸ Realizados nos anos de 1984, 1986, 1988 e 1991 na Universidade de Brasília.

⁹ Outros autores vem se dedicando ao estudo da análise do espaço urbano, como podemos citar no âmbito internacional, Panerai (2006), Alves (2003), e nacional, Rio (1990), Rodrigues (2005) etc.

espaço. Ademais observa que nem todas as análises conduzem para uma modelagem do espaço. Apenas as definições pessoais podem dar resposta para cada projeto em sua singularidade.

No Brasil, na década de 1980, a arquitetura, no campo do “desenho urbano”, torna mais clara a consolidação da revalorização disciplinar. Neste momento, arquitetos acostumados a empregar o conhecimento prático e implícito, questionam reflexivamente sua prática. Ainda assim, observam-se avanços pontuais no campo do urbanismo quando nos referimos, especificamente, ao ensino da concepção do projeto urbano¹⁰. Diferente da arquitetura que tem se voltado mais para esse universo.

A partir da idéia que o ateliê de projeto é *locus* de síntese do ensino / aprendizagem do discente em arquitetura e urbanismo, Rio (1998) identifica dois procedimentos possíveis nos quais a prática do ateliê é utilizada como uma base para a constituição de um processo dedutivo racional. O primeiro passa pela admissão de uma aproximação ao conhecimento filosófico pressupondo um sistema de argumentação e justificativas racionais cujo poder reside na consistência desses argumentos ou na autoridade intelectual de quem as profere. O segundo admite que a arquitetura esteja mais próxima das ciências aplicadas do que da arte pura, caracterizado como sendo um processo mais científico, passível de verificação e disciplinado por uma metodologia onde a criatividade possui importante papel. O autor acredita na importância da racionalidade metodológica para o ensino e a prática do projeto, bem como defende enfoques que podem ser considerados mais científicos.

Para Rio (1998) o objeto de estudo – arquitetônico ou urbanístico – definirá particularidades do processo, onde determinados momentos serão mais ou menos valorizados, ou até descartados. Deste modo, buscaremos algumas associações entre o projeto de arquitetura e o projeto urbano, atentos, naturalmente, para as particularidades de cada um. Em nossas análises transitamos em referências conceituais de métodos de projeção e ensino na arquitetura, no urbanismo e nas duas áreas, num esforço intelectual para verificar suas interfaces com o projeto em estruturas pré-existentes – de caráter histórico.

A partir desse breve apanhado teórico conceitual sobre a questão do ensino de projeto aplicado a escala urbana com características históricas seguiremos com nossas reflexões, agora, vinculadas a realidade da Disciplina de Planejamento e Projeto Urbano e Regional V, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A DISCIPLINA EM ANÁLISE: Planejamento e Projeto Urbano e Regional V

Para iniciar, faz-se necessária algumas observações sobre o contexto da disciplina Planejamento e Projeto Urbano e Regional V (PPUR V), considerando os enunciados do Projeto Político Pedagógico (PPP), de 2005, do curso. Para a caracterização e análise dessa disciplina utilizamos o seu material didático – programa letivo, roteiros de trabalho, acompanhamento de ateliês e viagem de estudo¹¹. Outro instrumento de grande importância para compor os dados da análise foi as entrevistas, direcionadas tanto para a docente da disciplina quanto para os alunos¹². Objetivamos com esta iniciativa obter maiores informações sobre os métodos e técnicas pedagógicas implementados no ensino de projeto urbano, servindo como subsídio para emitir um parecer avaliativo.

Um primeiro aspecto a ser observado diz respeito a experiência didática da integração curricular no CAU / UFRN, prevista na estrutura do currículo desde o ano de 1990. O currículo A5, em vigência desde 2007, reforça o princípio das integrações horizontal e vertical, as quais constituem o eixo central da metodologia adotada pelo PPP do Curso. A integração horizontal no CAU/UFRN funciona da seguinte forma. A cada semestre um enfoque temático é trabalhado. Existe um tema definido inter-relacionando as disciplinas do semestre, cujo conteúdo circunda um mesmo universo de estudo. As disciplinas práticas de projeto, por possuírem uma natureza sintetizadora, favorecem sobremaneira a efetiva integração. Em se tratando do sétimo período, etapa na qual a disciplina PPUR V está situada, o tema em destaque no semestre é “Intervenções no Patrimônio Edificado”. A cada período letivo, as disciplinas precisam considerar também os conteúdos das unidades dentro das diversas matérias de ensino, bem como o cronograma de entrega dos trabalhos integrados. A integração vertical é outro elemento incentivado no CAU/UFRN. Neste caso, os conhecimentos adquiridos pelos alunos nos semestres precedentes devem ser

¹⁰ Ver o artigo “Quem debate o projeto urbano no Brasil?” do Prof. João Farias Rovate (2006).

¹¹ Entre os dias 09 e 11 de outubro de 2008, foi realizada uma aula passeio aos Centros Históricos de Recife e Olinda. As viagens de estudo vêm sendo praticadas no CAU-UFRN com frequência a alguns anos, tendo como objetivo sensibilizar os alunos para a preservação e conservação do patrimônio histórico edificado.

¹² Com o propósito de resguardar os entrevistados optamos por não identificá-los, considerando que se trata de informação irrelevante.

sistematicamente retomados pelos professores, como forma de reavivar os conhecimentos já construídos. Seguindo esta perspectiva, a relação teoria e prática é bastante favorecida pela proposta da integração curricular.

Sobre o assunto, a docente observada considera a integração curricular bastante positiva, pois promove uma possibilidade de diálogo inter-áreas que favorece o ensino de projeto. Seguindo o seu raciocínio, tal integração depende da colaboração mútua entre os docentes do semestre. No período, a integração em torno da temática do patrimônio ocorre com maior fluidez na 1ª unidade e entre as disciplinas de Projeto¹³. A partir da 2ª unidade, as atividades tendem a se unir em dois grupos: projeto urbano e projeto arquitetônico. Esse aspecto não é considerado um problema, visto que estas adaptações estão previstas no PPP do Curso, possibilitando que cada disciplina ou área de conhecimento possam explorar com maior profundidade seus conteúdos específicos. Os discentes, contudo, observaram uma sobrecarga de conteúdos paradoxalmente gerados pela integração. Esse aspecto acaba desencadeando uma prática revelada pelos alunos, quando se encontram envolvidos no trabalho em grupo: a subdivisão de tarefas. Esse dado mostra-se preocupante, pois prejudica a compreensão do todo (conteúdo), fragmentando a formação oferecida. Seguindo esse formato, é solicitado dos discentes a realização de um “relatório integrado”, onde são reunidos os conteúdos abordados no semestre. Como cada professor direciona os pontos a serem trabalhados pela sua disciplina, ocorre um excesso de conteúdos a serem tratados, ocasionando, em alguns casos, uma sobrecarga de trabalho para os alunos.

Outro aspecto relevante diz respeito à inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão identificada no Curso. Na disciplina de PPUR V a integração entre os eixos norteadores do trabalho universitário é vista de forma positiva, contribuindo para qualificar significativamente a experiência didática do ensino de projeto. Quando apresentam objetivos bem definidos e coerentes com os propósitos das atividades de pesquisa e extensão, as práticas de ensino são valorizadas, estimulando o interesse dos alunos envolvidos e favorecendo o seu aprendizado. No caso específico da UFRN, a relação da Graduação com a Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo é evidenciada, com destaque para a Área de Concentração II – Projeto, Morfologia e Conforto no Ambiente Construído –, que desenvolve, no Departamento de Arquitetura (DARQ), especificamente, pesquisas sobre o ensino de projeto.

O currículo da graduação do CAU-UFRN apresenta em seu corpo 64 disciplinas agrupadas segundo as áreas de conhecimento, somando-se um total de cinco áreas: 1) Área de Representação e Linguagem; 2) Área de Projeto; 3) Área de Estudos Urbanos e Regionais; 4) Área de História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo; e 5) Área de Tecnologia. Além das disciplinas específicas destas cinco áreas, o CAU oferece as chamadas disciplinas inter-áreas, ou seja, aquelas cujo conteúdo abarca pelo menos duas áreas acima definidas.

A disciplina PPUR V enquadra-se dentro da Área de Estudos Urbanos e Regionais, tendo uma carga horária de 90 horas-aula, computando 6 créditos. Em relação ao conteúdo da sua ementa, são destacados os elementos teórico-conceituais do Planejamento Urbano e do Patrimônio Histórico; a história da ocupação do território no Brasil, no Rio Grande do Norte (RN) e na cidade do Natal; os instrumentos legais e de gestão no estudo dos sítios históricos. Embora não esteja explícito na ementa, a disciplina inclui questões do patrimônio, estabelecendo-se um cruzamento com ensino do projeto urbano. Conforme verificado nos objetivos da disciplina, encontramos o desenvolvimento de saberes acerca do Patrimônio Histórico e do Planejamento Urbano no Brasil e no RN, destacando os aspectos históricos, teórico-conceituais e metodológicos, e evidenciando o papel do planejamento e do “desenho urbano”¹⁴ nas áreas de interesse do patrimônio histórico e ambiental.

Cabe ressaltar, ainda, conforme dito, que a Resolução n. 06/06, embora coadune com a idéia de formação generalista do arquiteto-urbanista estabelecida pelo MEC, destaca as questões do patrimônio histórico, cultural e ambiental, conforme explicitado na citação abaixo:

Um profissional com um caráter generalista, abrangendo incursões nos universos da edificação, do urbanismo, do paisagismo, do patrimônio histórico, cultural e ambiental. Deve ser criativo e dotado de visão crítica; capaz de desenvolver uma linguagem própria; consciente da realidade ambiental, social, econômica, técnica e cultural onde vai atuar; sensível às experiências do passado e com habilidades para transformar idéias em materializações no espaço arquitetônico-territorial. O perfil assim definido está plenamente condizente com as exigências da DCN. (Grifo nosso). (BRASIL, 2006).

¹³ Os semestres letivos do CAU/UFRN são estruturados em três unidades.

¹⁴ Expressão adotada no programa da disciplina.

Com respeito às competências e habilidades do arquiteto-urbanista adotadas pelo PPP do CAU-UFRN, enfatizamos a prática de projeto. O aluno necessita de carga horária teórica e prática voltadas para o método de projeção, de forma a tornar o exercício projetual mais científico e técnico.

Com respeito aos conteúdos da disciplina de PPUR V no CAU/UFRN temos: o processo histórico de formação da cidade e do território no RN; a evolução da noção e da gestão do patrimônio cultural (em especial o urbano) no Brasil e no mundo; a relação entre o Estado e o planejamento no Brasil com ênfase nas políticas e normativos urbanísticos aplicados a proteção do Patrimônio Cultural; e metodologias de intervenção urbanística em sítios históricos. Além das etapas de projeto que descreveremos a seguir. Na visão da docente entrevistada e observada, existe a necessidade deste conteúdo passar por uma reavaliação¹⁵, pois se encontra desproporcional a carga horária dispensada. Um aspecto que ainda convém exaltar diz respeito às escalas de estudo previstas na ementa e de fato trabalhada. Inicialmente, a disciplina atua numa escala regional, conforme definido na sua ementa. No final do semestre, o projeto urbano converge para uma escala local do bairro ou núcleo central do município urbano, no nível de projetos de reestruturação de espaços públicos e indicações de renovação nos espaços privados. Excepcionalmente, são feitas propostas, que consistem em diretrizes nas escalas territorial e regional e projetos em escala local.

Segundo Tsiomis (2006) as implicações para a concepção do projeto urbano não são apenas disciplinares, mas também políticas e metodológicas. Nesse raciocínio observa a instauração de novos procedimentos de concepção tendo a participação e a questão da escala para a qual projetamos como aspectos fundamentais. Destacamos dois pontos observados pelo autor, as implicações metodológicas, que podem se refletir no ensino do projeto urbano através de exercícios, e a questão da escala, que precisa ser tratada de forma articulada, com suas repercussões maiores, mas, sobretudo, de forma objetiva, com as finalidades projetuais.

Em PPUR V é bastante trabalhado os caminhos participativos da concepção, contudo a questão da escala precisa ser melhor tratada. Se por um lado o aluno aprende a ver a intervenção urbanística, mesmo que em escala local, de forma ampla, por outro a dimensão física do levantamento não favorece que se alcance o propósito de chegar ao nível de projeto executivo, ou pelo menos atropela fases importantes da concepção projetual. A disciplina precisa enfatizar o nível de intervenção urbanística na escala local, contudo a ementa também inclui conteúdos de escala regional. Este fato demanda a revisão e o redimensionamento dos conteúdos abordados em outros períodos. Apesar de tudo, na opinião da docente e dos discentes, a disciplina está bem posicionada no currículo em termos de pré e co-requisitos.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a disciplina é estruturada em dois eixos que, segundo a sua ementa, desenvolvem-se de forma alternada. O primeiro, chamado Eixo Teórico-Conceitual, é trabalhado através de recursos didáticos como aulas expositivas e seminários. Corresponde ao embasamento teórico-conceitual necessário ao desenvolvimento das propostas, onde são desenvolvidos os conteúdos referidos. O segundo, denominado Eixo da Intervenção, dedica-se aos exercícios práticos de ateliê para o desenvolvimento do projeto. Corresponde à aplicação dos fundamentos teóricos na área escolhida e se desenvolve em três etapas: a) o levantamento de dados e desenvolvimento de análise morfológica da área de estudo; b) elaboração de um plano de intervenção para a área; e c) desenvolvimento de uma proposta de intervenção, em geral, na escala da praça e em nível de anteprojeto.

No formato operacional, e como já mencionado, o conteúdo trabalhado na disciplina está distribuído ao longo do semestre em três unidades, conforme ilustra a figura 1. Na primeira, mais extensa, são desenvolvidos o diagnóstico da área e trabalhados os conteúdos teóricos referentes ao planejamento e ao projeto urbano, bem como a temática do patrimônio. Na segunda unidade, mais compacta, ainda se explora o referencial teórico, desenvolvendo-se num plano de ação onde são identificadas as prioridades no tocante as intervenções físicas no município (universo de estudo). Ainda neste momento, é realizada a referida aula passeio a um sítio histórico da região. A terceira unidade volta a ser mais extensa, dedicando-se ao projeto urbano. Importante dizer que, nas três unidades, ocorre uma integração maior entre as disciplinas PPUR V, Projeto de Arquitetura e Projeto da Paisagem.

¹⁵ O processo de reavaliação ocorre atualmente através de um Projeto de Monitoria – aprovado em setembro de 2008.

Modelo Simplificado da Estrutura Metodológica Adotada pela Disciplina PPUR V do CAU/UFRN

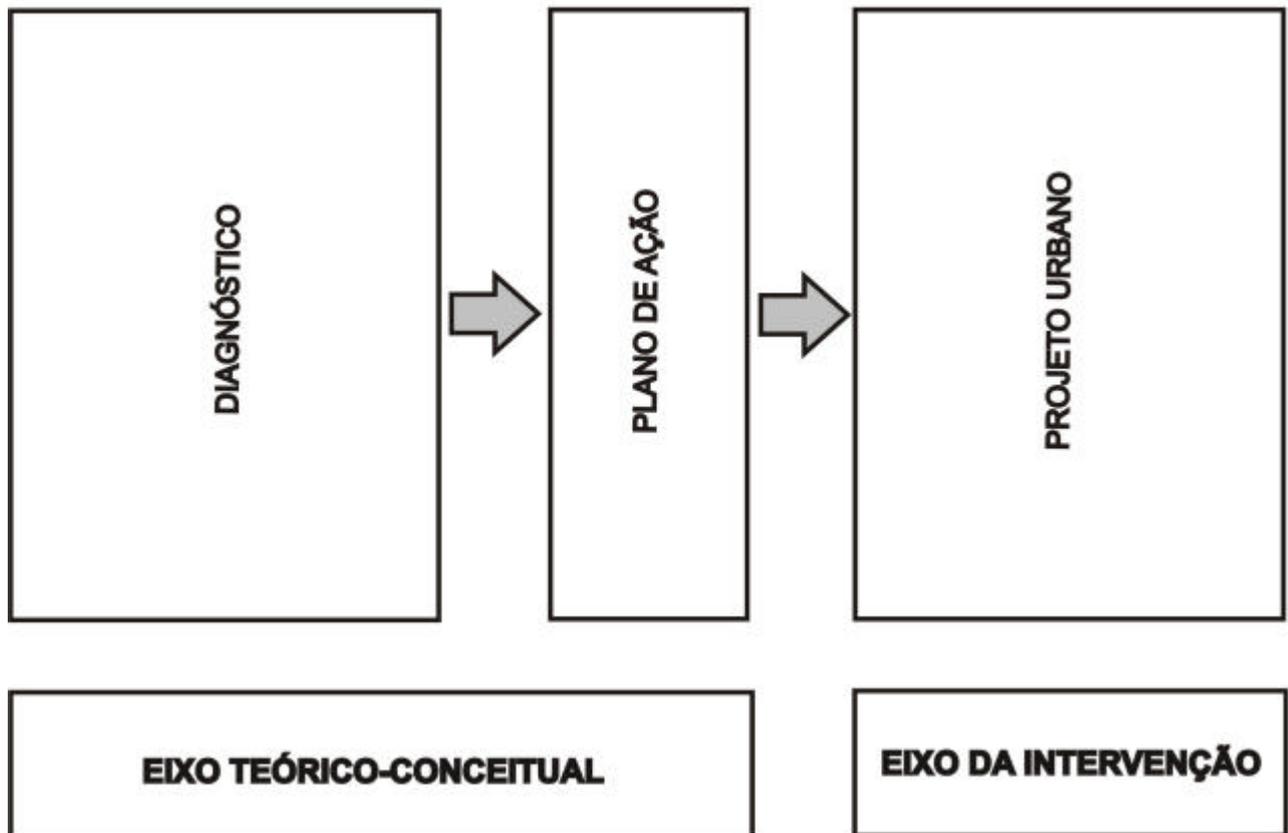


Figura 1: Esquema Metodológico Simplificado Adotado na Disciplina PPUR V (CAU/UFRN)

Fonte: Esquema do autor (2009)

Os conteúdos são, ainda, tratados a partir de três procedimentos metodológicos: as aulas expositivas, as atividades de campo e as atividades de ateliê. As atividades teóricas e práticas (projeto) são desenvolvidas principalmente na sala de aula e ateliê, com base na leitura técnica da área. Conforme a professora entrevistada, o projeto é trabalhado durante todo o desenvolvimento da disciplina e não apenas quando se começam os procedimentos conceptivos materializados em desenhos ou outros recursos gráficos. Por exemplo, a realização de um Plano de Ação para a área de estudo, com ênfase nos aspectos que evidenciam a proteção do patrimônio e a melhoria das condições urbanísticas e ambientais do lugar, orienta para a escolha dos espaços de intervenção e para o desenvolvimento do projeto urbanístico e paisagístico.

Apesar disso, observa-se que a concepção urbanística e discussão das propostas de projeto, embora muito bem embasadas, são reduzidas para aproximadamente um terço da carga horária, dedicando-se os outros dois terços para a leitura técnica e planejamento urbano. Não resta dúvida que as fases precedentes ao projeto são importantes, sobretudo na escala urbana, porque promovem um envolvimento dos alunos com as questões urbanísticas reais e concretas, contribuindo para a sua sensibilização. Contudo, os métodos e ferramentas de projeção, nos quais a criatividade e a capacidade crítica e transformadora do projetista deveriam ser mais exploradas, são sintetizadas para se adequarem as condições disponíveis¹⁶. Talvez isso não seja um problema para a disciplina, quando vemos que o seu objeto de estudo não é só o projeto, mas o planejamento urbano também. Todavia revela, também, uma questão sobre o espaço que está sendo reservado para as questões do patrimônio aplicadas ao projeto urbano no curso.

Merece ressalva um aspecto ligado ao uso de ferramentas digitais no processo de desenvolvimento e concepção dos projetos. Trata-se de um assunto estrutural no curso, que dispõe apenas de um laboratório de informática. Nesse contexto, é considerado (pela docente) os benefícios das novas tecnologias, mas não dissociados de formas de concepção tradicionais, como os desenhos à mão livre (croquis) e as maquetes físicas, com exceção dos desenhos à instrumentos manuais que, realmente, é um investimento um tanto desnecessário para esta fase da projeção.

¹⁶ Os distintos projetos deveriam se desenvolver no nível de anteprojeto, mas em função das dificuldades já apontadas, por vezes, são reformulados para o nível de estudos preliminares.

Observa-se, todavia, que o uso abusivo dos recursos informáticos tem contribuído, em alguns contextos ainda não completamente adaptados a estas ferramentas, para afastar alunos e professores do processo de criação e conseqüentemente de aprendizado. Esta situação é especialmente visível nas aulas de ateliê. Os alunos, demonstrando dependência dos recursos digitais, não conseguem fazer uso dos recursos cartográficos tradicionais. Esse fato compromete o processo criativo dos envolvidos, limitando o seu poder de representação gráfica. Além disso, muitas vezes, não aproveitam o tempo da sala de aula para essa atividade, pela falta de computadores disponíveis. Os discentes apontaram outro problema, que estas ferramentas digitais podem se tornar mais trabalhosas, demandando mais tempo na junção dos itens necessários para o desenvolvimento do projeto, requerendo investimentos constantes no processo de qualificação para o domínio dos programas e uso dos equipamentos. Causa, ainda, distinções nos trabalhos apresentados, pois nem todos os alunos dispõem das mesmas condições e dos mesmos softwares. São questões operacionais que podem estar relacionadas a infra-instrutora e gestão do Curso.

Com respeito aos recursos informáticos não ligados diretamente ao processo conceutivo, a docente observa que o uso da ferramenta digital pelos professores, especialmente para aulas expositivas, trás contribuições significativas, visto que possibilitam, entre outras coisas, explorar com bastante facilidade a imagem como meio de ampliar o repertório dos alunos: através de exemplos, estudos de caso etc. Os discentes colocam que as ferramentas de comunicação virtual – os softwares de bate-papo virtuais que conectam as pessoas em diferentes localidades simultaneamente como o MSN, Skype etc. –, amplamente utilizadas entre os componentes do grupo e demais colegas da turma, apresentam dois lados distintos: agiliza a comunicação e divisão de tarefas por um lado; e, muitas vezes, possibilita a realização não presencial do trabalho, comprometendo as discussões presenciais por outro.

Naturalmente, a relação das ferramentas informáticas com o processo de ensino e aprendizagem, inclusive, de concepção projetual em arquitetura e urbanismo, trata-se de uma discussão muito mais ampla, que não pretendemos entrar aqui. O fato é que são dificuldades reais, hoje, muitas vezes veladas em contextos de inclusão digital, mas ainda presentes em algumas realidades acadêmicas brasileiras.

No quesito relação professor-alunos no ensino de projeto urbano, no ambiente da disciplina, a docente observa que procurou se orientar pelo princípio da troca e da liberdade de proposição dos alunos. Nesse sentido, é consentido ao alunado se posicionar diante das problemáticas colocadas, permitindo a instalação do diálogo entre o grupo (professor e alunos), e entre a turma (grupos e professor) enriquecendo o processo de interação dos envolvidos. A forma como foi estruturado o trabalho que pretende desenvolver um projeto urbano pressupõe que todas as propostas de intervenção sejam resultado da capacidade de análise e reflexão dos alunos sobre o objeto de estudo. Nesse sentido, o conteúdo do Plano de Ação referido deve refletir o resultado dessas análises. As propostas discutidas na turma (dividida entre 05 grupos de alunos), são posteriormente selecionadas após um debate amplo realizado em sala de aula. O processo projetual é desenvolvido posteriormente a escolha das intervenções prioritárias, em grupo de dois alunos ou de forma individual.

Outra questão relevante nessa discussão é a avaliação no ensino de projeto. Trata-se de uma discussão necessária, visto que revela a subjetividade do processo de ensino / aprendizagem da matéria. Sobre o tema Silva (2007) apresenta algumas reflexões. O ator observa a subjetividade implícita na avaliação do projeto de arquitetura. Tal realidade remete a imprecisão derivada da emissão do juízo de valor do professor-avaliador. Na pedagogia tal situação é indesejável, pois fica difícil sustentar a atribuição de grau ou conceito de modo impessoal. Um esforço no sentido de atenuar o problema é representado pela tentativa de matematizar a atribuição de graus e conceitos. Pretende-se isso por meio da elaboração, por exemplo, de um inventário de requisitos que devem ser satisfeitos pelo projeto. Mesmo assim não se prescinde da arbitrariedade dos pesos de cada quesito, que variam de acordo com o projeto. Outro aspecto impõe-se nesse debate, o teor afetivo das escolhas feitas pelo professor-avaliador, não fundamentada pela razão e pragmatismo. Desse modo, o avaliador atribui conceitos, não ao trabalho, mas a impressão que o mesmo lhe causa. Reconhecendo o fato de que uma dose de subjetividade é inevitável – e, sendo assim, não precisa ser mascarado – o autor observa que a avaliação do projeto deve se constituir em um exercício crítico.

A avaliação de desempenho discente, conforme o programa da disciplina PPUR V, acontece através dos trabalhos individuais e em equipe, relacionados aos conteúdos ministrados nas aulas teóricas, seminários e atividades de ateliê. Na avaliação do aprendizado, também são levados em consideração: o interesse, a participação em sala de aula e as contribuições pessoais, refletindo a compreensão do conteúdo estudado; o nível e a qualidade dos trabalhos realizados (memoriais/relatórios das aulas apresentadas, assim como a proposta de intervenção urbanística para a área estudada). Desse modo, percebe-se uma preocupação em instalar uma proposta de avaliação com caráter contínuo, desprendendo-se do formato tradicional, cuja tônica é o julgamento através de instrumentos rígidos presos a um elemento específico (como uma prova

escrita). A docente observa que durante todo o curso, sobretudo, nas disciplinas de projeto, faz-se um esforço para conciliar as avaliações individuais com as avaliações em grupo. Na disciplina em análise, as individuais são viabilizadas por meio de trabalhos escritos sobre os conteúdos teóricos ministrados, relatórios de viagem e participação dos alunos nas atividades presenciais. Os discentes indagados sobre o percentual de objetividade e subjetividade das avaliações, predominantemente, responderam que é 50% para cada um. Disseram ainda (80% das respostas) que a aprendizagem da projeção no urbano é facilitada no momento da avaliação, onde são apontados os problemas e potencialidades do trabalho. Mas, isso ocorre, na opinião dos alunos, com mais clareza quando as avaliações são individuais, diferente dos trabalhos em grupo.

Dando continuidade as nossas reflexões observamos que as especificidades de se conceber um projeto urbano em ambiente histórico é um aspecto de grande relevância para esse debate, visto que revela especificidades que precisam ser melhor analisadas. Existem diferentes níveis de abordagem dessa “categoria de intervenção”. Segundo a Carta de Nairobi (1976), a preservação deve significar a identificação, proteção, conservação, restauração, renovação, manutenção e revitalização, ou seja, todas as operações necessárias à defesa e salvaguarda do objeto. Tratam-se de medidas específicas, que exigem uma especialização do projetista. Contudo, existem outros aspectos, mais básicos, que precisam ser considerados nesse contexto. Tsiomis (2006) refere-se a qualidade do espaço da cidade contemporânea, que está ligada a formação do seu significado e, aí, os processos democráticos na concepção estão implicados. Ou seja, durante todo o processo projetual em estruturas urbanas pré-existentes os métodos participativos de interação arquiteto-urbanista / usuário, ou, no caso da prática do ensino projetista / suposto usuário ganham importância. Nesse sentido, a atribuição de significado (ou a identificação de valores) ao espaço público na concepção, tão importante nesta escala e contexto de trabalho, ganha um viés ideológico. O espaço público em contexto histórico passa a materializar a expressão das palavras democracia e memória. Independente do nível de abordagem, o fato é que a intervenção em ambientes históricos pressupõe a preservação de valores de modo a promover uma reintegração equilibrada destes sítios com a cidade.

Em PPUR V verificamos uma ênfase em aspectos importantes do processo de intervenção em contextos históricos, embora os posicionamentos não chamem a atenção para o assunto. A docente adverte que o projeto, desenvolvido no âmbito das atividades curriculares, está submetido a calendários e limitações dos alunos. A especificidade evidencia-se na natureza dos problemas e na realidade do lugar. A capacidade e as possibilidades de intervenção serão definidas a partir da capacidade dos agentes intervenientes perceberem essa especificidade. No caso dos centros históricos, poderá evidenciar situações distintas.

Ainda conforme a docente, a relação entre os espaços públicos e privados e os projetos corresponderão às identidades locais e formas de uso e apropriação da população predominante do lugar. Esses fatores associados à natureza histórica do lugar, quando apresentam níveis de degradação urbanística, social e econômica acentuada, são de fundamental importância para nortear o processo projetual. No caso do projeto urbano desenvolvido sob as regras curriculares, existe outra dificuldade: a de adequação temporal para o desenvolvimento do mesmo. Tal dificuldade evidencia-se, principalmente, no não alinhamento entre a necessária apreensão dos conteúdos pelos alunos e a sua imediata aplicação em ambientes marcados por conflitos.

Nem sempre há tempo para os alunos desenvolverem a reflexão sobre os problemas que emergem dos ambientes históricos, dos quais são partícipes diversos atores e agentes produtores do espaço urbano, de modo que seja suficiente para uma compreensão da realidade tal como esta se apresenta. Os discentes acrescentaram a importância dos conhecimentos sobre a história local, análises morfológicas, correlação do espaço existente (antigo) com as necessidades atuais, lidar com as restrições (principalmente legais e conceituais) e proporcionar ou preservar a integração do espaço público com o privado, considerando questões atuais como segurança e respeito a memória coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado buscou analisar o ensino de projeto urbano na disciplina Planejamento Urbano e Regional (PPUR V), do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN (CAU-UFRN). Tem como destaque a temática “Intervenções no Patrimônio Edificado”, que revela uma realidade bastante peculiar. Embora apresente uma carga horária restrita destinada a materialização dos processos específicos de projeção, a sua estrutura permite promover através da integração curricular uma oportunidade singular para o aluno

estabelecer correlações críticas. Tal entendimento poderá ser aplicado em diversos contextos, sejam acadêmicos (em Trabalhos Finais de Graduação, pós-graduações e demais pesquisas científicas), ou profissionais. A partir do PPP do Curso, percebe-se a preocupação em propiciar a concretização de dois aspectos considerados fundamentais para o ensino de projeto urbano: a interdisciplinaridade e a ligação entre teoria/prática.

A interdisciplinaridade surge na ciência com o intuito de evitar a fragmentação do conhecimento, permitindo a ligação dos saberes das diversas áreas. Na área da arquitetura e do urbanismo, percebe-se que no estudo do projeto urbano são solicitadas as contribuições de estudos adicionais, ligados a outros campos de entendimento, firmando a interdisciplinaridade como intrínseca. A interdisciplinaridade encontra-se associada ao caráter interativo do processo projetual e as metodologias de análise urbana, assim como a teoria e história da arquitetura e do urbanismo. Ademais, apóia-se nas ciências exatas (através dos recursos informáticos de modelagem, instrumentos de mediação de eficiência energética e tectônica).

O dilema entre teoria e prática também é alvo das preocupações do campo da arquitetura e do urbanismo. Vistas em separado, tende-se a perceber os fenômenos através de pólos distintos. Por isso a importância de buscarmos integrá-los, uma vez que compartilham de uma relação de interdependência. A correlação teoria e prática, considerada o fio condutor para a construção de um conhecimento próprio da arquitetura e do urbanismo, favorece o esclarecimento de questões conceituais e formais, bem como de mecanismos de projeção e ensino do projeto.

Em PPUR V, contudo, existe uma demanda pelo aprofundamento dos procedimentos conceptivos de projeto em escala urbana. Esse fato implica em alcançar níveis de desenvolvimento e representação mais avançados. Além disso, a referida interdisciplinaridade também é motivada pela própria relação com a disciplina de planejamento urbano. Por esta razão, o perfil do professor a frente da disciplina é fator preponderante para a condução do trabalho. O fato da formação dos professores de projeto urbano do CAU-UFRN está concentrada na área de planejamento urbano e nas ciências humanas, imprimem um caráter específico ao Curso, visto que o “processo” é evidentemente valorizado (Figura 1). E este raciocínio coaduna com o caráter do planejador, diferente do projetista que está sempre de olho no fim: o projeto. Naturalmente nos referimos a gênese da atuação de cada profissão, pois deve-se considerar que no ambiente acadêmico o professor de projeto enxerga no processo um motivo de reflexão permanente. O fato é que esse caráter (de valorização do processo), no caso de PPUR V, se revela na própria estrutura da disciplina.

Quando inserimos as questões de salvaguarda do patrimônio edílico, nos deparamos com outros elementos específicos e importantes. Corsini (2004) verifica a dificuldade de adequar os centros históricos as novas demandas sociais e a necessidade de superação das condições proibitivas e dificultadoras para a intervenção sobre o patrimônio como meio de evitar sua degradação, pressupondo uma dinamização mais flexível, porém precisa. Afirma que as intervenções projetuais em centros históricos devem ter um marco metodológico distinto de qualquer planejamento urbanístico de criação “ex novo”.

Nesse sentido, a referida demanda pelo aprofundamento dos procedimentos conceptivos de projeto em escala urbana acrescenta-se aos elementos que remetem a contextos pré-existentes de valor patrimonial, aprofundando as questões teórico-conceituais aplicadas ao projeto. Gracia (1992) introduz a consciência de que intervir é alterar lugares existentes. E, nesse, sentido apenas se justifica quando o tornamos mais adequados para a vida humana no presente. Trata-se de se criar um espaço adequado, oferecendo ao alunado a oportunidade de conhecer e exercitar o projeto com maior objetividade, propício ao desabrochar de sua criatividade e, como consequência, a adoção de uma postura crítica e transformadora da realidade, relacionando os elementos preservação e desenvolvimento.

Com base na pesquisa em andamento, ressaltamos que projetar em ambiente histórico demanda familiaridade com o tema e intenção de preservar valores simbólicos do sítio. Merecem realce, ainda, algumas variáveis do programa: 1) atendimento as recomendações internacionais e linhas teóricas de enquadramento do partido – reforma, requalificação ou restauração (CORSINI, 2004); 2) levantamento e construção de um repertório da história do lugar a fim de destacar e preservar os seus valores mais importantes; 3) atendimento aos determinantes legais do sítio, em geral restritivos; 4) harmonia da proposta a potenciais parâmetros de um programa ou plano maior que o local de intervenção venha estar inserido; 5) adequação das estruturas antigas às necessidades do usuário e aos padrões atuais de conforto ambiental e acessibilidade; e 6) atenção especial aos valores simbólicos do lugar para população. Tudo isso sem prescindir o caráter inovador dos projetos.

A partir da experiência analisada observamos que existe uma demanda por assegurar a criação de um ambiente acadêmico na graduação propício ao tratamento do tema: projeto-patrimônio. Desse modo,

fazemos, agora, algumas especulações. Primeiro, em decorrência da complexidade do assunto, parece pertinente trabalhar esse conteúdo nos períodos mais avançados do curso, a partir do sexto ou sétimo período, quando o aluno já possui uma bagagem de conhecimentos prévios (teoria, história, representação, tecnologia, projeto etc.) necessários para a sua familiaridade com os novos conteúdos despontados. Segundo, as questões teórico-conceituais precisam ser tratadas em vários níveis de especificidade para, possivelmente, separar os conteúdos disciplinares do patrimônio. Em seguida, ocorre a integração no momento do projeto. Essa separação poderia acontecer em dois sentidos: teórico-conceitual e projeto. No primeiro poderiam ser processados os conteúdos do planejamento urbano, tectônica, história, bem como teórico-conceituais do patrimônio (aplicados ao urbanismo e arquitetura), citando apenas alguns exemplos. No último, seriam tratados os conteúdos referentes ao exercício projetual, evidenciando as metodologias de concepção do projeto urbano em contextos históricos. Ambos os sentidos atuariam num mesmo semestre de forma integrada. As disciplinas de projeto teriam como objetivo geral capacitar o aluno para os instrumentos metodológico-conceptivo-projetuais.

Projetar em ambientes urbanos com valor histórico consiste num exercício complexo, considerando o contexto da cidade contemporânea, pois encontramos uma nova ordem espacial, predominando: o caos morfológico e a retificação da cultura do “tudo pode”. Inevitavelmente, essa situação respinga nos ambientes históricos, que demandam garantias de sua permanência, de seus valores e da preservação do “espírito do lugar”. (SILVA; GONÇALVES; LEITE, 2007). Nesse cenário conturbado, o aluno iniciante no trabalho projetista, encontrará uma série de obstáculos, a começar pela necessidade de compreender os condicionantes sociais, políticos e culturais imbricados na concepção e manutenção dos ambientes históricos. Deve-se considerar como um dos principais pressupostos do ensino de projetos em ambiente histórico, a compreensão do sítio como o protagonista do processo. Esse entendimento deve ser construído junto aos alunos, no sentido de erigirem uma consciência sobre a importância do patrimônio histórico para a cidade. Em muitas práticas, o projeto isolado é tratado como principal elemento, desconsiderando o ambiente histórico e o entorno da área de intervenção, comprometendo sobremaneira o entendimento social da obra. Isso não significa, contudo, que o projeto urbano esteja submisso aos condicionantes do lugar. Ao contrário, o grande desafio é justamente conceber espaços representativos do seu tempo, tendo qualidade física e conceitual para marcar a sua época e garantir para a posteridade elementos da construção de uma história dinâmica e com identidade local fortalecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fernando M. Brandão. **Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano**. Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2003.

ANDRADE, Heitor; VELOSO, Maisa. **Ensinar a projetar no construído**: uma experiência didática. In: III Seminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura, 2007, Porto Alegre. **Anais..** Porto Alegre: PROJETAR, 2007.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BOUDON, Philippe. Do espaço arquitetural ao espaço de concepção. In: DUARTE, Cristiane Rose; et al (orgs.). **O lugar do projeto**: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007. p. 42-50.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução Nº 06, de 02 de fevereiro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 03/02/2006, Seção I, pág. 36-37.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura. Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Político-Pedagógico**. Natal. 2005.

CARTA DE NAIROBI, (1976). In: **Cartas Patrimoniais**, Cury Isabelle (org.). IPHAN, Rio de Janeiro. Edições do patrimônio, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHUPIN, Jean-Pierre. Les trois logiques analogiques du projet en architecture: de l'impulsion monumentale à la nécessité de la recherche en passant par l'incontournable enseignabilité. In: Seminário Projetar, 2003. **Anais...**

CORSINI, José Maria Ordeig. **Pensamiento Contemporáneo y Diseño Urbano**. Instituto Monsa de Ediciones, S.A. Barcelona, 2004.

DELPHIM, Carlos Fernando Moura. **Intervenções em jardins históricos: manual**. Brasília: IPHAN, 2005. 152p.

ELALI, Gleice Azambuja. Para projetar (nossos) elefantes: considerações sobre a conquista de autonomia projetual pelo estudante de arquitetura e urbanismo. In: DUARTE, Cristiane Rose; et al (orgs.). **O lugar do projeto: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007. p. 159-174.

GRACIA, Francisco de. **Construir en lo construido: la arquitectura como modificación**. Madrid: NEREA, 1992.

HOLANDA, Frederico Rosa Borges de. A praga do infinito e a ressurreição do lugar. In: DUARTE, Cristiane Rose; et al (orgs.). **O lugar do projeto: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007. p. 241-254.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2005.

LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2004.

MONTEIRO, Lenine Bueno. Espaço Público e Urbanismo Pós-Moderno. In: **Revista Paranoá**, n. 2, Brasília, 2006. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Brasília do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PANERAI, Philippe; MANGIN, David. **Architecture et urbanisme: projet urbain**. Eds Parentheses. 1999.

PINHEIRO MACHADO, Denise B. Projetos Urbanos e Forma Urbana nas Cidades do Século XXI: limites e possibilidades. In: Simpósio: "A cidade nas Américas. Perspectivas da forma urbanística no século XXI". 51º Congresso Internacional de Americanistas, "Repensando las Américas en los Umbrales del Siglo XXI". 2003. **Anais...**

PIÑÓN, Hélio. **Teoría del proyecto**. Barcelona: Edicions UPC, 2006.

REGULAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO. Resolução n. 103/2006 – CONSEPE, de 19 de setembro de 2006. ProGrad: UFRN.

RIO, Vicente del (Org). **Arquitetura : Pesquisa e Projeto**. São Paulo: ProEditores, 1998.

_____. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras / Public Squares In Brazil**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2003.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. **Forma, imagem e significado em estruturas urbanas centrais**. Centro da cidade de Niterói. Projeto de Reestruturação Urbana. EdUFF / ProEditores, 2005.

ROVATE, João Farias. Quem debate o projeto urbano no Brasil? In: MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro (org.). **Sobre Urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006. p. 81-88.

SCHICCHI, Maria Cristina. Ensino de Projeto e Preservação: reflexões e práticas didáticas. In: **III Seminário Projetar**, 075., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Projetar, 2007. CD.

SILVA, Elvan. Crítica e avaliação no ensino de projeto de arquitetura. In: DUARTE, Cristiane Rose; et al (orgs.). **O lugar do projeto**: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007. p. 141-147.

SILVA, Geraldo Gomes da; GONÇALVES, Gilson; LEITE, M. de J. de Britto. Reaprendizagem da Arquitetura: a experiência da disciplina "Intervenções em Sítios Históricos". In: **III Seminário Projetar**, 065., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Projetar, 2007. CD.

TSIOMIS, Yannis. **Matières de Ville Enseigner et Pratiquer le Projet Urbain**. Éditions de la Villette. 2008.

_____. O ensino do projeto urbano entre a crise e a mutação. In: MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro (org.). **Sobre Urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006. p. 65-79.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (orgs.). **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2006.

VELOSO, Maísa; ELALI, Gleice Azambuja. Qualificar é preciso... Uma releitura sobre a formação do professor de projeto arquitetônico. 2004. Vitruvius. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg045/arg045_01.asp>. Acesso em: 05 de Março de 2009.

WARDE, Mirian J. e CARVALHO, Marta M. C. de. Política e cultura na produção da História da Educação no Brasil. In: **Contemporaneidade e Educação**. São Paulo: Ano V, no 7, 1o sem. 2000.

LISTAGEM DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Esquema Metodológico Simplificado Adotado na Disciplina PPUR V (CAU/UFRN).

Fonte / autoria: Heitor de Andrade Silva (2009).